PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

ANEXO I

CADERNO DE ENCARGOS

INDICE

Cláusula 1.ª - Objeto 2
Cláusula 2.ª - Contrato 2
Cláusula 3.ª - Prazo de Execução Contratual 3
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços adjudicatário 3
Cláusula 5.ª - Forma de prestação do serviço 4
Cláusula 6.ª - Local da prestação de serviços 4
Cláusula 7.ª - Afetação de recursos humanos 4
Cláusula 8.ª - Afetação de meios materiais e equipamentos 6
Cláusula 9.ª - Transferência de propriedade 7
Cláusula 10.ª - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato 7
Cláusula 11.ª - Conformidade e garantia técnica 8
Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo 8
Cláusula 13.ª – Obtenção de licenças e autorizações para exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas 9
Cláusula 14.ª - Preço base e preço contratual 9
Cláusula 15.ª - Atualização de preços 10
Cláusula 16.ª - Condições de pagamento 10
Cláusula 17.ª - Penalidades contratuais 11
Cláusula 18.ª - Força maior 13
Cláusula 19.ª - Resolução por parte do contraente público 14
Cláusula 20.ª - Resolução por parte do prestador de serviços 14
Cláusula 21.ª - Seguros 15
Cláusula 22.ª - Caução 15
Cláusula 23.ª - Foro competente 16
Cláusula 24.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual 16
Cláusula 25.ª - Comunicações e notificações 16
Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos 16
Cláusula 27.ª - Fiscalização 16
Cláusula 28.ª – Legislação Aplicável 17
Cláusula 29.ª - Especificações Técnicas 17

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a execução de serviços de manutenção de espaços verdes, e respetiva remoção de resíduos, no concelho de Aveiro, durante o período de 12 (doze) meses, pelo preço base de até **€€406.504,05**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído pelos seguintes Lotes:

Lote 1 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro I, pelo preço base de **€77.235,77**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro II, pelo preço base de **€77.235,77**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 3 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro III, pelo preço base de **€74.796,75**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 4 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro IV, pelo preço base de **€89.430,89**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 5 – Integra todos os trabalhos a realizar em Estabelecimentos de Ensino, pelo preço base de **€28.455,28**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 6 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais não identificados nos lotes anteriores, no concelho de Aveiro, pelo preço base de **€59.349,59**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O presente caderno de encargos inclui todos os seus anexos, considerados parte integrante do mesmo.

3. Atento o disposto no número anterior, o prestador de serviços obriga-se à execução do contrato de acordo com os termos previstos no presente e na proposta adjudicada.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, conforme estipulado no art.º 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, e doravante designado por CCP.

2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. A entidade adjudicante designará um Gestor do Contrato, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP.
6. Além dos documentos indicados no nº 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
7. São nulos os contratos a que falte algum dos elementos essenciais referidos nas alíneas a) a i) do n.º 1 do art.º 96.º do CCP, salvo se os mesmos constarem dos documentos identificados no seu n.º 2.

Cláusula 3.ª - Prazo de Execução Contratual

1. O contrato é válido pelo período de 12 (doze) meses, com inicio na data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor adjudicado, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços/adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- **a)** Realizar todos os serviços solicitados pelo Gestor do Contrato, de forma a manter o seu bom aspeto melhorando, em consequência, as condições de segurança da população;
- **b)** Limpar os espaços intervencionados e remover os respetivos resíduos verdes, no prazo de 48 horas, após o término do serviço;
- **c)** Elaborar relatórios mensais com a discriminação de todas as intervenções;
- **d)** Elaborar relatório final;
- **e)** Obrigação de dispor de apólices de seguro, conforme, que apresentará à entidade adjudicante, antes do inicio da prestação de serviços e, posteriormente, sempre que a Câmara Municipal de Aveiro assim o exija.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios, técnicos e humanos, que sejam necessários e adequados à prestação do

serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª - Forma de prestação do serviço

1. A prestação de serviço será efetuada com autonomia, sem imposição do horário do trabalho, não se encontrando o prestador sujeito à disciplina e à direção da entidade contratante, sem prejuízo do cumprimento das Especificações Técnicas constantes da cláusula 29ª do presente caderno de encargos, e do acompanhamento da execução do contrato através de reuniões de coordenação mensais com o Gestor do Contrato, a quem caberá a fiscalização do cumprimento integral das obrigações decorrentes do mesmo.
2. Os serviços serão executados faseadamente de acordo com as indicações do Gestor do Contrato.
3. O prazo de inicio de cada serviço é no máximo de 5 (cinco) dias úteis após pedido formalizado por e-mail, salvo se outras indicações forem comunicadas pelo Gestor do Contrato.

Cláusula 6.ª - Local da prestação de serviços

1. Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados no concelho de Aveiro, em arruamentos, espaços verdes e respetivas envolventes, parques e estabelecimentos de ensino, conforme Quadros I a VI - Identificação dos Locais, referentes aos Lotes 1 a 6, e de acordo com as necessidades do Município.
2. As áreas referenciadas nos Quadros I a VI deverão ser consideradas como aproximadas.
3. A entidade adjudicante reserva-se o direito de retirar, até ao máximo de 20% da área de cada Lote posto a concurso, devido a situações imprevistas decorrentes da dinâmica de ocupação e transformação do território, sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 7.ª - Afetação de recursos humanos

1. São da exclusiva e inteira responsabilidade do prestador de serviços/adjudicatário o processo de recrutamento de recursos humanos devidamente qualificados e instruídos para a execução dos serviços objeto de contrato, consequentes relações laborais, higiene e segurança no trabalho, disciplina e respetivo pagamento.
2. O prestador de serviços/adjudicatário deverá adequar as equipas de trabalho, às tarefas a executar, devendo estes ser em número suficiente.
3. Caso o Gestor do Contrato verifique que os meios utilizados pelo prestador de serviços/adjudicatário são insuficientes ou mesmo inadequados à boa execução dos trabalhos da sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a administração de meios humanos, a sua modificação ou substituição. O Gestor do Contrato pode determinar a interrupção dos trabalhos até ao seu cumprimento.

4. O prestador de serviços/adjudicatário deverá designar um Responsável Técnico com formação superior numa das seguintes áreas - Arquitetura Paisagista, Agronomia, Florestal, Biologia, Ecologia, Ambiente ou Biofísica, com experiência profissional na área de manutenção de espaços verdes de, no mínimo, 5 (cinco) anos, agindo como seu representante perante o Município de Aveiro, que estabelecerá o diálogo com o Gestor do Contrato designado para o efeito, relativamente a assuntos técnicos e processuais, e que deverá disponibilizar-se para o acompanhamento periódico dos trabalhos assim como reunir com o Gestor do Contrato, sempre que necessário e/ou solicitado. Sempre que haja substituição temporária ou definitiva do referido representante, deve ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Aveiro, com prévia identificação do respetivo substituto.

5. As equipas de trabalho devem ser acompanhadas no terreno por um Supervisor de Obra/Encarregado, com formação específica e experiência profissional de pelo menos 3 (três) anos na conservação de espaços verdes. Este elemento, com presença a tempo inteiro na prestação de serviços, poderá acompanhar mais do que uma equipa de trabalho. Pelo menos 50% dos jardineiros ao serviço, deverão ter no mínimo 3 (três) anos de experiência na conservação de espaços verdes. É obrigatória a apresentação de certificados de formação com a indicação do número de horas e respetivos conteúdos programáticos. Os jardineiros que se encontrem em período de formação devem ter identificação visível "Em Formação".

6. No caso de ocorrer algum impedimento, o prestador de serviços/adjudicatário deverá assegurar, no próprio dia, a substituição dos elementos que constituem a equipa e/ou do Supervisor de Obra/Encarregado Geral, devendo os novos elementos possuir, pelo menos, o mesmo nível de formação e grau de experiência dos substituídos, quando aplicável.

7. O prestador de serviços/adjudicatário apresentará, antes do início da prestação de serviços e posteriormente sempre que a fiscalização o exija, apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativos a todo o pessoal, comprometendo-se a mantê-los válidos até ao fim do contrato.

8. Os recursos humanos que se encontrem a desempenhar funções na prestação de serviços, devem estar devidamente identificados e fardados e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), em função das operações a executar, de acordo com todas as normas impostas pela legislação em vigor para higiene e segurança no trabalho, sendo a sua aquisição da responsabilidade do prestador de serviços/adjudicatário. Não é permitida a permanência de funcionários da empresa nos locais da prestação de serviços, sem fardamento e identificação legível da empresa.

9. O prestador de serviços/adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho de acordo com a legislação aplicável, relativamente a todos os recursos humanos contratados, seja qual for o vínculo laboral, para realização da respetiva prestação de serviços, sendo da sua responsabilidade todos os encargos que daí resultem.

10. A Câmara Municipal de Aveiro reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços a cargo do prestador de serviços/adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que não tenha aptidões para as funções que ocupa ou, haja desrespeitado os colaboradores da Câmara Municipal de Aveiro e/ou qualquer outro cidadão, ou quaisquer intervenientes na

prestação de serviços, ou ainda, tenha provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres, e/ou não cumprir as disposições legais em vigor, referentes à segurança e higiene no trabalho.

11. O prestador de serviços/adjudicatário tem a obrigação de transmitir uma imagem de eficiência e diligencia no desempenho das tarefas que prestará no âmbito do contrato e contribuir para uma boa imagem do serviço público prestado e da entidade adjudicante.

12. Após a celebração do contrato, e no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o prestador de serviços deverá indicar, à entidade adjudicante, o responsável técnico, o(s) supervisor(es) de obra/encarregado(s) geral(ais) e os jardineiros. Deverão ser entregues os certificados de formação com indicação do número de horas e respetivos conteúdos programáticos, de cada elemento a afetar à prestação de serviços.

Identificação dos colaboradores	Indicação dos certificados de formação
Responsável Técnico (nome)	
Supervisor de Obra/Encarregado (nome)	
Jardineiro (nome)	
Jardineiro (nome)	
…	

13. Qualquer alteração aos elementos da equipa afetos à prestação dos serviços deve ser comunicada à entidade adjudicante, devendo os novos membros possuírem, no mínimo, o mesmo nível de qualificação/formação e grau de experiência dos substituídos, quando aplicável.

14. Deverão ser cedidos os contatos móveis do Técnico Responsável e do Supervisor de Obra/Encarregado de forma a estarem sempre contactáveis pelo Gestor do Contrato.

Cláusula 8.ª - Afetação de meios materiais e equipamentos

1. Constitui encargo do prestador de serviços/adjudicatário o fornecimento e utilização de máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, transportes, consumíveis, equipamento, e tudo o mais indispensável à boa execução dos serviços objeto de contrato, assim como todos os encargos de manutenção e conservação decorrentes da prestação de serviços.

2. O equipamento referido no número anterior deve satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis, nomeadamente os relativos à certificação e homologação.

3. O prestador de serviços/adjudicatário deverá providenciar a limpeza de todos os veículos e demais equipamentos, de modo a que quando entrarem ao serviço, se apresentem com um aspeto de limpeza e asseio.

4. As viaturas utilizadas pelo prestador de serviços/adjudicatário devem estar identificadas com uma placa onde se leia "Ao serviço da Câmara Municipal de Aveiro / Manutenção Espaços Verdes".

5. Não é permitida a circulação e/ou estacionamento de viaturas em cima de relvados e/ou canteiros.

6. Se o Gestor do Contrato considerar necessário, o prestador de serviços/adjudicatário fica obrigado a proceder e custear, o aluguer de equipamento (veículos, máquinas e outros), para utilização provisória em caso de uma avaria, de modo a poder executar sem atrasos os serviços objeto do presente procedimento.

7. Todo o equipamento deverá ser objeto das operações de manutenção mecânica, necessárias à sua perfeita utilização. Para facilitar a observância deste ponto, os concorrentes deverão possuir o respetivo Plano de Controlo e Manutenção de Equipamentos, que deverá cumprir a legislação em vigor sobre a matéria e incluir verificações diárias.

8. Deverão ser cumpridas todas as regras associadas à Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho. Se ocorrerem alterações na legislação em vigor sobre estas matérias, o prestador de serviços/adjudicatário ficará obrigado a cumprir na íntegra as novas regras, devendo adaptar-se, sem que haja reflexos nos preços.

9. A guarda de viaturas e equipamentos é da responsabilidade do prestador de serviços/adjudicatário.

10. Durante a realização de trabalhos com recurso a roçadores, **é obrigatória** a utilização de estruturas móveis de proteção, de modo a evitar a projeção de pedras para viaturas ou outros bens.

11. Nos estabelecimentos de ensino, é imprescindível que as viaturas e os equipamentos utilizados na manutenção dos espaços estejam sempre sob vigilância.

Cláusula 9.ª - Transferência de propriedade

A transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Câmara Municipal de Aveiro, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, ocorre com o respetivo pagamento, não sendo devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. Entregue o relatório mensal, o Gestor do Contrato, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à análise dos mesmos, com vista a verificar se os mesmos cumprem os termos definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise referida no ponto anterior, o prestador de serviços/adjudicatário deve prestar ao Gestor do Contrato todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise efetuada pelo Gestor de Contrato a que se refere o ponto 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com os termos estabelecidos no presente caderno de encargos, o Gestor do Contrato deve informar, por escrito, o prestador de serviços/adjudicatário.
4. O prestador de serviços/adjudicatário, deve no caso previsto no n.º 3, proceder às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento, por sua conta e no prazo estabelecido para o efeito pelo Gestor do Contrato.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços/adjudicatário, no prazo respetivo, o Gestor do Contrato procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com os termos definidos no presente Caderno de Encargos, pode ser emitida fatura mensal.

Cláusula 11.ª - Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços/adjudicatário fica sujeito, durante 30 dias a contar do último serviço prestado, às exigências legais, obrigações de fornecedor e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 12.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços/adjudicatário e seus trabalhadores e colaboradores devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Aveiro, a que tenham acesso ou conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, não podendo transmiti-las a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.ª – Obtenção de licenças e autorizações para exercício da atividade, patentes, licenças e marcas registadas

1. Compete ao prestador de serviços/adjudicatário requerer, custear, obter e manter em vigor todas e quaisquer licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários, devendo informar, de imediato, quando estas lhe sejam retiradas, caducarem, forem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.
2. São da responsabilidade do prestador de serviços/adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato, de patentes, marcas ou licenças registadas.
3. Caso a Câmara Municipal de Aveiro venha a ser demandada por ter infringido, no decurso da execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 14.ª - Preço base e preço contratual

1. O preço máximo (preço base) que a Câmara Municipal de Aveiro se dispõe a pagar para o período e serviços definidos é de até **€406.504,05**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído pelos seguintes Lotes:

Lote 1 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro I, pelo preço base de **€77.235,77**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 2 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro II, pelo preço base de **€77.235,77**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 3 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro III, pelo preço base de **€74.796,75**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 4 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais identificados no Quadro IV, pelo preço base de **€89.430,89**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 5 – Integra todos os trabalhos a realizar em Estabelecimentos de Ensino, pelo preço base de **€28.455,28**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Lote 6 – Integra todos os trabalhos a realizar nos locais não identificados nos lotes anteriores, no concelho de Aveiro, pelo preço base de **€59.349,59**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Aveiro fica obrigada a pagar ao(s) prestador(es) de serviços/adjudicatário(s), o preço contratual resultante da aplicação dos preços unitários, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por tipologia de serviço, constantes da proposta(s) adjudicada(s) por "Lotes Combinados", aos serviços efetivamente executados, até ao limite do valor fixo de cada Lote, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

3. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, condicionamentos de trânsito/estacionamento, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Findo o prazo de vigência do(s) contrato(s), e caso não tenha sido atingido o valor fixo de cada Lote, o contrato extingue-se sem que assista ao prestador de serviços/adjudicatário o direito a qualquer indeminização pelo valor não executado.

Cláusula 15.ª - Atualização de preços

1. Sempre que, no ano 2023, os preços unitários sofram alterações em função das oscilações do mercado, deverá o prestador de serviços/adjudicatário notificar a Câmara Municipal da nova tabela de preços com a respetiva justificação e com uma antecedência de 30 (trinta) dias em relação à sua aplicação, devendo a Câmara Municipal informar, por escrito, a sua aceitação ou não.
2. Caso a Câmara Municipal não aceite os novos preços por injustificados, tem-se por rescindido o contrato sem direito do adjudicatário a qualquer indemnização.

Cláusula 16.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Aveiro, nos termos da cláusula 14.ª, serão pagas, no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a elaboração do auto de medição.
2. O pagamento dos serviços efetuados, é feito mediante a realização de um auto de medição ficando o cocontratante com o direito a receber a remuneração correspondente ao valor dos trabalhos realizados, com base nos preços unitários constantes da proposta adjudicada.
3. O auto de medição referido no número anterior deverá conter a indicação dos locais onde os trabalhos foram desenvolvidos, bem como as diferentes quantidades, preços unitários e datas de realização.
4. No mínimo, prevê-se a realização de um auto de medição, por mês.
5. A quando do envio das faturas, é obrigatório a anexação dos respetivos autos, assim como a menção nas mesmas, dos n.ºs dos autos a que dizem respeito, e nºs das requisições externas que suportam os trabalhos e número do compromisso.
6. As faturas que não cumpram as disposições referidas no número anterior serão devolvidas.
7. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Aveiro, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.
8. Desde que devidamente emitidas, as faturas serão liquidadas através de emissão de cheque ou transferência bancária.

9. Em caso de atraso no pagamento das faturas, o cocontratante só pode invocar a exceção do não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato nos termos do artº 327º do CCP.

10. Serão deduzidas, nos pagamentos, as importâncias correspondentes às penalidades/sansões pecuniárias que tenham sido aplicadas, no âmbito do contrato, ao adjudicatário.

11.

A CMA, poderá mandar executar por terceiros, a expensas da empresa Adjudicatária, todos e quaisquer trabalhos, ou parte de trabalhos, referidos no Caderno de Encargos, quando o Adjudicatário não os tenha executado, no todo ou em parte, nos prazos por ela fixados, os tenha executado imperfeitamente ou se verifique atraso no programa da execução dos trabalhos.

Cláusula 17.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Aveiro pode exigir do prestador de serviços/adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento do prazo de execução e das obrigações constantes da cláusula 4.ª do presente caderno de encargos e do prazo de execução, calculada de acordo com a seguinte fórmula: P x V x N, em que P = Percentagem da pena (1%); V = Valor contratual; N = Incumprimentos em tarefas, horas e dias;

Relativas a meios humanos:

b) Não envio de certificados de formação com a indicação do número de horas e respetivos conteúdos programáticos, relativos ao Responsável Técnico, Supervisor de Obra/Encarregado e Jardineiros no prazo indicado (no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a celebração do contrato) - € 25,00/dia de infração, contados a partir da advertência por escrito, via email, da entidade adjudicante;

c) Ausência do Supervisor de Obra/Encarregado (com presença a tempo inteiro na prestação de serviços) - € 75,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

d) Não comparência dos colaboradores da empresa adjudicatária em qualquer local da prestação de serviços sem informação prévia, ou quando notificados para o efeito, na qual esteja prevista a sua presença, por razões não devidamente justificadas - € 150,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

e) Não substituição, no próprio dia, dos elementos que constituem a equipa e/ou do Supervisor de Obra/Encarregado, que por impedimento não possam comparecer ao trabalho - € 50,00/dia de infração/funcionário, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

f) Presença de elementos sem identificação, fardamento ou equipamento de proteção - € 75,00/dia de infração/funcionário, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

g) Falta de respeito para com os munícipes ou para com os elementos da Fiscalização da CMA - € 150,00/infração/funcionário;

h) Não comparência do prestador de serviço/adjudicatário às reuniões convocadas pela entidade adjudicante - € 50,00/dia de infração, contados a partir da data da reunião.

i) Não comparência do adjudicatário às reuniões convocadas pela entidade adjudicante - € 50,00/dia de infração, contados a partir da data da reunião;

Relativas a equipamentos e máquinas:

j) Não colocação de placa onde se leia "Ao serviço da Câmara Municipal de Aveiro / Manutenção Espaços Verdes", nas viaturas utilizadas pela empresa - € 50,00/dia/infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

k) Utilização de viaturas, máquinas, equipamentos e ferramentas em degradado estado de conservação - € 50,00/dia/infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

l) Circulação e/ou estacionamento de viaturas em cima de relvados e/ou canteiros - € 150,00/infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização, devendo o adjudicatário reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram;

m) Não cumprimento da reparação dos danos referidos no ponto anterior - € 50,00/dia, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

n) Não utilização de estruturas móveis de proteção durante a realização de trabalhos com recurso a roçadores, de modo a evitar a projeção de pedras para viaturas ou outros bens - € 50,00/dia/infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

Relativas ao planeamento e execução dos trabalhos:

o) Não execução das tarefas planeadas e designadas no planeamento semanal de atividades - € 100,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

p) Não colocação e/ou insuficiente, de sinalização de trânsito e de proteção de peões - € 100,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

q) Não envio do Planeamento Semanal e/ou Programações atualizadas, nos prazos indicados - € 25,00/dia de infração, contados a partir da advertência por escrito via email, da entidade adjudicante;

r) Interrupção dos trabalhos por período superior a 2 dias úteis (excetuam-se períodos de mau tempo, isto é, quando as condições climatéricas não permitam a realização dos trabalhos em segurança para os operadores ou que comprometam a boa execução do serviço) sem autorização prévia da CMA - € 200,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização;

s) Incorreta execução dos trabalhos relativamente ao estipulado nas Especificações Técnicas - €200,00 por cada infração, reclamação externa ou informação dos serviços;

t) Realização de queimadas de lixo, ramos, folhas e outros materiais resultantes ou não, de trabalhos de manutenção - €200,00 por cada infração, reclamação externa ou informação dos serviços;

u) Descarga de resíduos em locais não autorizados - €200,00 por cada infração, reclamação externa ou informação dos serviços;

v) Incumprimento nas operações de remoção de resíduos ou deficiente limpeza, ao final de cada dia de trabalho, nas áreas de intervenção, de acordo com o definido no Caderno de Encargos - € 100,00/dia de infração, contados a partir da verificação feita pela fiscalização ou reclamação externa;

w) Mutilação parcial ou na totalidade de árvores – não obstante a obrigatoriedade de substituição dos exemplares, €200,00 por cada exemplar, identificado por reclamação externa ou informação dos serviços;

x) Mutilação parcial ou na totalidade de arbustos – não obstante a obrigatoriedade de substituição dos exemplares, €25,00 por cada exemplar, identificado por reclamação externa ou informação dos serviços;

y) Mutilação parcial ou na totalidade de plantas anuais/herbáceas – não obstante a obrigatoriedade de substituição dos exemplares, €5,00 por cada exemplar, identificado por reclamação externa ou informação dos serviços;

z) Não elaboração de planos de desvio e/ou não solicitação de intervenção policial para condicionamento do trânsito/supressão de via, quando necessário - € 100,00/dia/infração.

2. As multas serão notificadas ao prestador de serviços/adjudicatário por correio postal ou correio eletrónico (e-mail), com indicação do seu montante e aos trabalhos a que respeita. Qualquer uma das formas referidas, para realização da notificação, tem efeito imediato;

3. Sem prejuízo da aplicação das multas previstas neste Caderno de Encargos, a CMA reserva-se ao direito de rescindir o Contrato com o prestador de serviços/adjudicatário, sem pagamento de qualquer indemnização, sempre que ocorrer o incumprimento e/ou a execução defeituosa das disposições previstas no presente Caderno de Encargos.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços/adjudicatário, a Câmara Municipal de Aveiro pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor correspondente ao período de tempo que decorreria até ao *terminus* do contrato.

5. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

6. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Aveiro terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

7. A Câmara Municipal de Aveiro pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

8. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Aveiro exija uma indemnização pelo dano excedente.

9. A CMA, poderá mandar executar por terceiros, a expensas do prestador de serviços/adjudicatário, todos e quaisquer trabalhos, ou parte deles, referidos no Caderno de Encargos, quando o prestador de serviços/adjudicatário não os tenha executado, no todo ou em parte, nos prazos por ela fixados, ou os tenha executado imperfeitamente ou se verifique atraso no programa da execução dos trabalhos.

Cláusula 18.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou outra, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços, dos deveres ou ónus que sobre ele recaiam e que se revelem impeditivas do exacto cumprimento do contrato;
d) Manifestações populares devidas pelo incumprimento por parte do prestador de serviços de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua, ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 19.ª - Resolução por parte do contraente público

1. A Câmara Municipal de Aveiro pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente, nos termos previstos no art.º 333.º e 448.º do CCP.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Câmara Municipal de Aveiro.

Cláusula 20.ª - Resolução por parte do prestador de serviços

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato, no caso de a Câmara Municipal de Aveiro violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos no art.º 332º do CCP.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1 do artº 332.º do CCP, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Aveiro, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 21.ª - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a assunção de um sistema de seguros eficaz de acordo com as imposições legais para o exercício da sua atividade, que preveja a cobertura, nomeadamente:

a) de danos de responsabilidade civil;
b) de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
c) dos meios de transporte, máquinas e equipamentos utilizados pelos funcionários,

devendo assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e extensiva cobertura dos riscos, estando obrigado a proceder à entrega de uma cópia das apólices de seguros, bem como, do recibo comprovativo do respetivo pagamento, devidamente atualizado, na data de início da prestação.

2. Das apólices de seguro de acidentes de trabalho constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão do contrato.

3. A Câmara Municipal de Aveiro pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 48 horas.

Cláusula 22.ª - Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações, o prestador de serviços/adjudicatário apresentará caução no valor de 5% do valor fixo dos "Lotes Combinados" adjudicados, através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito caução, nos termos do artigo 90.º do CCP.

2. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, pode ser executada pela Câmara Municipal de Aveiro, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

3. A resolução do contrato pela Câmara Municipal de Aveiro não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

4. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da Câmara Municipal de Aveiro para esse efeito.

5. Estipula-se, desde já, que o prazo de garantia é de 30 (trinta) dias a contar da última prestação executada ao abrigo do contrato, promovendo-se a liberação da caução, findo este, nos termos do art.º 295.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Todas as despesas resultantes da prestação da caução são da responsabilidade do prestador de serviços.

Cláusula 23.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Porto, renunciando o prestador de serviços ao foro de qualquer outra Comarca.

Cláusula 24.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 25.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada por escrito à outra parte.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 27.ª - Fiscalização

Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Aveiro reveste-se dos poderes conferidos pelo art.º 302.º do CCP.

Cláusula 28.ª – Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e, supletivamente, o Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 29.ª - Especificações Técnicas

1. Tipologias de intervenção

Na tabela seguinte, encontram-se identificadas as tipologias de serviços para as quais é necessário apresentar o respetivo preço unitário.

Não são estipuladas periodicidades de trabalhos, uma vez que as intervenções/tipos de trabalho a realizar, a sua extensão e frequência de intervenções, serão solicitadas, quando a Câmara Municipal de Aveiro, via Gestor do Contrato, o entender. Pela mesma razão não é solicitado um n.º mínimo de colaboradores ou de equipamentos a afetar a cada um dos Lotes.

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

Lotes	Tipologia	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5 Escolas	Lote 6 Espaços Indiferenciados
Lotes I, II, III, IV e VI	Corte de relva (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Corte de prado de sequeiro (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Monda/limpeza de canteiros com espécies herbáceas e/ou arbustivas (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de infestantes em áreas revestidas com inertes (britas, casca de pinheiro, …) (m²) (inclui separadores)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de infestantes em áreas com espécies herbáceas e/ou arbustivas e com inertes (britas, casca de pinheiro, …) (m²)						
Lotes II, IV e VI	Limpeza de separadores com plantas herbáceas, arbustos tipo sebe (m²)						
Lotes II, IV e VI	Limpeza de separadores com revestimento mix (vegetação espontânea, plantas herbáceas e arbustos (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Corte de sebes (metro)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Plantação Herbáceas (Un)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Plantação Arbustos (Un)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Plantação Árvores em espaço livre (Un)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de caldeiras de árvores (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de passeios contíguos a relvados/prados de sequeiro ou canteiros (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de zonas pedonais e áreas pavimentadas ou com inertes (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de valetas em terra batida, betão, cubo/paralelo de granito e em calçada à Portuguesa (metro)						
Lotes III, IV e VI	Limpeza de taludes de lagos/linhas de água e/ou valas hidráulicas - inertes, plantas, … (m²)						
Lotes I, II, III, IV e VI	Limpeza de papeleiras (Un)						
Lotes V	Escola João Afonso de Aveiro						
	Escola Secundária José Estevão						
	Escola Básica São Bernardo						
	Escola Secundária Mário Sacramento						
	Escola Básica de Aradas						
	Escola Básica e Secundária Jaime Magalhães Lima (inclui a Secundária e a Aires Barbosa)						
	Escola Básica de Eixo						
	Escola Básica de Rio Novo do Príncipe						
	Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro						

2. Caracterização geral

O objeto da presente contratação consiste na prestação contínua de serviços de manutenção de espaços verdes no concelho de Aveiro, e respetiva remoção de resíduos.

3. Execução de trabalhos

3.1. Manutenção de relvados e de prados de sequeiro

Nas operações de cortes de relva deverão ser considerados os seguintes aspetos:

- Deve atender-se à necessidade de não executar cortes exageradamente rasos, que possam comprometer o conveniente afilhamento e de não deixar sobre a zona verde relva cortada;
- A relva será sempre cortada seca, pelo que se deverá ter atenção especial à programação dos sistemas de rega automática, evitando-se o corte dos relvados nos períodos de maior humidade;
- O corte de relvado deverá ser feito mecanicamente, podendo usar-se máquinas de lâminas helicoidais (preferencialmente, no caso dos relvados) com um mínimo de cinco lâminas, ou rotativas com largura média de corte de 50cm, ou de acordo com a dimensão e largura dos canteiros;
- As máquinas a utilizar devem ser adequadas às características de cada relvado ou prado. Em relvados, as roçadoras de mato, com fio, só devem ser utilizadas para os acabamentos das zonas de bordadura e em redor de obstáculos, ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina, para que a relva apresente sempre um aspeto homogéneo sem zonas de folhagem com altura elevada;
- Em determinados espaços, identificados pela CMA, poderão ser utilizadas máquinas de mulching. Neste caso, deverão alternar-se os cortes de reciclagem com cortes de recolha integral dos resíduos. Como regra, aconselha-se a proporção mínima de três para 1;
- Nos espaços (exemplos, rotundas e separadores), em que o limite do corte de relva coincide com lancil, o corte inclui as infestantes existentes no exterior do lancil, mesmo que as mesmas se encontrem em faixa de rodagem. A relva deverá ser igualmente aparada, junto aos elementos decorativos e equipamentos que existam no espaço, bordos dos canteiros, junto a árvores, arbustos e sebes, candeeiros, bancos de jardim, etc.;
- Em parcelas onde a dimensão não permita o corte de relva ou prado com as máquinas acima referidas, ou em relvados/prados instalados em taludes, os cortes serão feitos com máquinas adequadas (motoroçadoras);

Deverá alternar-se o sentido e direção do corte;

- O equipamento terá que estar bem conservado, limpo e que apresente todas as condições de segurança quer para o utilizador quer para a execução do trabalho;
- As lâminas das máquinas deverão estar sempre muito bem afiadas de forma a executarem um corte de qualidade (em que as folhas das plantas cortadas não apresentem fibras de lenhina);
- É da responsabilidade do prestador de Serviços a substituição dos aspersores e /ou bicos danificados pela passagem das roçadoras com fio e equipamentos de cortes de relva;
- Em locais com arbustos jovens, o colo deverá ser protegido do corte, por tubos de plástico ou tubos de rede plástica, caso seja necessário;
- Não é permitido qualquer tipo de lesão no colo das árvores proveniente de operações de manutenção dos relvados ou dos prados. É da responsabilidade do Adjudicatário o

fornecimento e a colocação de protetores no colo das árvores existentes em relvado ou nos prados, devendo os mesmos ser em tubo maleável (tipo tubo canelado) de cor verde, possuir um diâmetro superior em 0,02 m relativamente ao tronco da árvore e uma altura que não poderá exceder os 0,10 m, de modo a não estrangular o tronco, procedendo-se à substituição da proteção para repor a folga necessária, sempre que esta seja eliminada pelo crescimento da árvore. Caso autorizado pela CMA, poderá ser aberta uma caldeira no relvado, com um diâmetro 5 (cinco) vezes superior ao diâmetro do tronco da árvore. O surgimento de lesões recentes em qualquer parte da árvore, principalmente no colo, que passe a condicionar a sua viabilidade de crescimento ou provoque a morte da árvore, implica a sua substituição par exemplar da mesma variedade e de porte idêntico, no prazo máximo de 10 dias úteis após a notificação da CMA;

- Quando executados juntos às vias principais, não podem causar perturbações à circulação normal de pessoas e, devem garantir-se ainda, de um modo geral, todas as precauções de forma a não danificar viaturas nem provocar acidentes com os utentes, nomeadamente, através do recurso a estruturas móveis de proteção;
- Após os cortes, todos os lancis e caldeiras devem ser aparadas, utilizando uma pá francesa ou máquina própria para o efeito, arrancando a relva ou o gramão em excesso até às raízes;
- Após a sua execução, os resíduos resultantes deverão ser imediatamente retirados.

3.2. Manutenção de canteiros e separadores

Nas operações de manutenção de canteiros com plantas herbáceas ou arbustivas (anuais ou vivazes) deverão ser considerados os seguintes aspetos:

- Não será permitido o uso de herbicidas;
- A operação de monda é feita à mão ou com um sacho e consiste na eliminação de toda a erva daninha, de forma a evitar a concorrência com plantas cultivadas;
- Sempre que se proceder a monda de herbáceas e arbustos deverá ser efetuada uma pequena mobilização superficial com sacho de forma a promover o arejamento do terreno e à infiltração de água e a decomposição da matéria orgânica;
- A manutenção de canteiros inclui a limpeza do remate do mesmo;
- Nos espaços (exemplos, rotundas e separadores), em que o limite do canteiro coincide com lancil, a monda inclui as infestantes existentes no exterior do lancil, mesmo que as mesmas se encontrem em faixa de rodagem;
- A limpeza inclui também a retirada de folhagem, areias, papéis beatas de cigarros, plásticos, vidros, metais, dejetos caninos e outros resíduos diversos que se encontrem depositados nos espaços;
- Nos canteiros com plantas arbustivas, e sempre que necessário, a manutenção inclui a poda dos exemplares;
- Se o prestador de serviços efetuar qualquer poda da qual resulte um aspeto definitivamente mutilado do arbusto, deverá replantar um exemplar da mesma dimensão, em substituição;
- No caso de existirem arbustos secos ou destruídos, o abate está incluído na manutenção, devendo o prestador de serviços assegurar antecipadamente, com a CMA, que os mesmos deverão ser retirados/abatidos.

3.3. Intervenções em arbustos

- Deverão ser seguidas as boas práticas de manutenção de plantas arbustivas;
- Relativamente a arbustos, que não constituam sebe aparada, deverá o Adjudicatário executar limpeza de ramos secos e/ou doentes, e de ramos com crescimento desproporcional, com o fim de conduzir o exemplar segundo sua forma natural. Os arbustos de flor, deverão ser podados de acordo com a sua natureza e características, no sentido de produzirem floração mais intensa e vistosa;
- O corte deve ser correto para permitir um bom desenvolvimento do calo de cicatrização. Como corte correto entende-se aquele que se situa no plano que vai desde a parte externa da ruga do ramo até à parte superior do colo do mesmo. O corte não pode ser feito nem muito rente ao tronco (ou ramo-mãe) para não danificar os tecidos do tronco, nem longe demais para não dar origem a um couto de madeira morta. Após o corte, os bordos da ferida devem ficar limpos e o mais uniformes possível;
- Quando se eliminam ramos mortos o método de corte também será o mesmo, tendo-se nestes casos, o cuidado de não danificar ou eliminar o calo de cicatrização que já se tenha formado;
- Nunca deverão ser feitos atarraques e condução de arbustos sob uma forma artificial, devendo pelo contrário, favorecer-se o desenvolvimento da copa natural e especifica dos arbustos, exceto nos casos indicados pela CMA;
- Os resíduos dos cortes deverão ser ensacados, recolhidos e transportados a vazadouro, no próprio dia do corte.

3.4. Corte de sebes

- No corte de sebes deverão utilizar-se métodos mecânicos ou manuais de acordo com o tipo de sebe e o seu desenvolvimento, tendo o cuidado de após o corte, a sebe não apresentar ramos "mastigados", mas sim um corte uniforme;
- Não será permitido em caso algum, a introdução de quaisquer formas ou escadeados nas sebes existentes, salvo indicação expressa em contrário por parte da Fiscalização;
- Deverá ter-se especial atenção às podas de formação em sebes recém-plantadas;
- Inclui a limpeza de infestantes que se encontram na base desta, não sendo permitido, contudo, o recurso a roçadores;
- Os resíduos dos cortes deverão ser ensacados, recolhidos e transportados a vazadouro, no próprio dia do corte.

3.5. Plantação de herbáceas (anuais e/ou vivazes)

- O fornecimento do material vegetal assim como de substratos e fertilizantes, é da responsabilidade da CMA;
- Antes da plantação das herbáceas deverá ser realizada uma mobilização superficial do terreno, caso este se encontre muito compacto, e uma ancinhagem para a retirada de torrões, pequenas pedras e regularização do terreno. De seguida, deverão ser incorporados os fertilizantes, a fornecer pela CMA, que serão espalhados uniformemente à superfície do terreno e incorporados neste por meio de cava;

- O torrão deve sair intacto do recipiente, e as plantas deverão ser dispostas em compasso de plantação triangular regular com espaçamento e profundidade de plantação de acordo com as espécies a empregar, salvo se outra indicação for dada pela CMA. Colocar a planta e fechar, tendo o cuidado de não deixar bolsas de ar, nem de compactar em demasia, destruindo a estrutura do solo;
- Seguir-se-á a primeira rega com distribuição de água bem pulverizada e distribuída;
- Quando o terreno se apresentar seco e sobretudo quente, dever-se-á fazer uma rega antes da plantação e esperar o tempo suficiente para que o terreno esteja com boa sazão.

3.6. Plantação de arbustos

- O fornecimento do material vegetal assim como de substratos e fertilizantes, é da responsabilidade da CMA;
- Deverá proceder-se à abertura de uma cova proporcional às dimensões do torrão ou do sistema radicular;
- As faces interiores das covas deverão ser picados numa espessura de 0.10m para permitir uma melhor aderência da terra de enchimento;
- Proceder-se-á à incorporação dos fertilizantes nas covas, cujo fornecimento será da responsabilidade da CMA, e que deverão ser espalhados sobre a terra das covas e depois serão bem misturados com esta quando se efetuar o enchimento das mesmas. O enchimento das covas deverá ter lugar com a terra não encharcada ou muito húmida e far-se-á o calcamento com a mão ou com o pé, à medida que se procede ao seu enchimento;
- Depois das covas cheias, abrem-se pequenas covas de plantação à medida do torrão ou do sistema radicular, no caso da plantação em raiz nua;
- O torrão deve sair intacto do recipiente, e as plantas deverão ser dispostas de acordo com as instruções da CMA e de acordo com as espécies a empregar. Colocar a planta e fechar, tendo o cuidado de não deixar bolsas de ar, nem de compactar em demasia, destruindo a estrutura do solo;
- Após a plantação, deverá realizar-se de imediato a primeira rega, para melhor compactação e aderência da terra à raiz da planta.

3.7. Plantação de árvores

- O fornecimento do material vegetal assim como de substratos e fertilizantes, é da responsabilidade da CMA;
- Para a plantação de uma árvore, proceder-se-á à abertura mecânica ou manual, de uma cova no mínimo com 1m de profundidade e 1-1.50 de largura ou de diâmetro;
- Para a abertura das covas é necessário retirar do seu interior, todo o material existente, incluindo terra, entulhos, pedras, restos de material vegetal, etc.. É expressamente proibido o enterramento do material resultante da abertura das covas, excetuando terra. O transporte e destino final do material resultante da abertura das covas é da responsabilidade do adjudicatário;
- As faces interiores das covas deverão ser picados numa espessura de 0.10m para permitir uma melhor aderência da terra de enchimento;

- Proceder-se-á a uma fertilização das covas das árvores cujo fornecimento será da responsabilidade da CMA. Os fertilizantes deverão ser espalhados sobre a terra das covas e depois serão bem misturados com esta quando se efetuar o enchimento das mesmas.
- O enchimento das covas deverá ter lugar com a terra não encharcada ou muito húmida e far-se-á o calcamento a pé à medida que se procede ao seu enchimento;
- Depois das covas cheias, abrem-se pequenas covas de plantação à medida do torrão ou do sistema radicular, no caso da plantação em raiz nua;
- Seguir-se-á a plantação propriamente dita, havendo o cuidado de deixar a parte superior do torrão ou o colo das plantas, quando estas são de raiz nua, à superfície do terreno, para evitar problemas de asfixia radicular;
- O torrão das árvores nunca deverá ser desfeito;
- As árvores serão colocadas no covacho ou cova em posição vertical, tendo o cuidado de não dobrar o sistema radicular;
- Seguidamente, aconchega-se cuidadosamente a terra, sem calcamento excessivo, para melhor aderência da terra às raízes, tendo o cuidado de não deixar bolsas de ar, nem de compactar excessivamente;
- Após a plantação, deverá abrir-se uma pequena caldeira para a primeira rega que deverá ser feita de imediato, e até à saturação do solo, para melhor compactação e aderência da terra à raiz da planta. No caso de se verificar a diminuição na altura da terra, deve o Prestador de Serviços adicionar a terra necessária, até se atingir a altura ao nível do colo da árvore;
- A colocação de tutores deverá ser feita segundo instruções da CMA, sendo que o fornecimento de tutores, fio e/ou atilhos/cintas de tutoragem é da responsabilidade da CMA. Os tutores serão cravados no interior da caldeira, mas de modo a evitar ao máximo, danos ao nível das raízes;
- Consideram-se como valores máximos de PAP (perímetro medido a um metro de altura a contar do colo da árvore) das árvores o valor 14-16 cm;
- As plantações a realizar serão sempre em espaço livre de calçadas ou outro tipo de revestimento, mas, o prestador de serviços deverá ter sempre em atenção, as infraestruturas eventualmente existentes na proximidade.

3.8. Limpeza de caldeiras de árvores

Na limpeza de caldeiras de árvores, deverão ser tomadas medidas de modo a acautelar a proteção do colo dos exemplares, nomeadamente através da colocação temporária de tubos/campânulas de plástico ou tubos de rede plástica. A eliminação das infestantes será feita por arranque da raiz ou sacha manual. Inclui a remoção de rebentos, quer no colo da raiz, quer no próprio tronco. Deverá ser executada uma descompactação por picagem sempre que o solo da caldeira se apresente com "Crosta". A limpeza de caldeiras de árvores inclui o corte junto a lancis ou relvados, com recursos a uma pá francesa ou máquina própria para o efeito, arrancando a relva ou o gramão em excesso até às raízes.

Deverão ser retirados das caldeiras todos os objetos estranhos ao revestimento das mesmas. O revestimento das caldeiras deverá ser mantido com o mesmo material do projeto.

Não é permitida a aplicação de herbicidas ou a utilização de equipamentos motorizados (ex. motoroçadoras).

3.9. Limpeza de passeios contíguos a relvados/prados de sequeiro ou canteiros

A limpeza de infestantes, folhagem, areias, papéis, beatas de cigarros, plásticos, vidros, metais, dejetos caninos e outros resíduos diversos que se encontrem depositados, deverá ser efetuada manual ou mecanicamente (por máquinas de corte, roçadoras, aspiradores, sopradores, varredores, etc.) e nunca com recurso a herbicidas ou outros produtos químicos. Incluindo os rebordos exteriores. São da responsabilidade do Prestador de Serviços todos os trabalhos de limpeza de lixo, terras e materiais rejeitados das ações de manutenção e conservação destas áreas.

3.10. Limpeza de zonas pedonais e áreas pavimentadas ou com inertes

Inclui todos os trabalhos de remoção mecânica (por máquinas de corte, roçadoras, aspiradores, sopradores, varredores, etc.) ou manual de infestantes, folhagem, areias, papéis beatas de cigarros, plásticos, vidros, metais, dejetos caninos e outros resíduos diversos que se encontrem depositados, que existam em zonas pedonais e áreas pavimentadas ou com inertes, incluindo lancis ou guias. As recargas de saibro ou outros inertes são da responsabilidade da CMA. São da responsabilidade do Prestador de Serviços todos os trabalhos de limpeza de lixo, terras e materiais rejeitados das ações de manutenção e conservação das áreas pavimentadas.

3.11. Limpeza de valetas em terra batida, betão, cubo/paralelo de granito e em calçada à Portuguesa

Inclui todos os trabalhos de remoção mecânica (por máquinas de corte, roçadoras, aspiradores, sopradores, varredores, etc.) ou manual de infestantes, folhagem, areias, papéis beatas de cigarros, plásticos, vidros, metais, dejetos caninos e outros resíduos diversos que se encontrem depositados, que existam em valetas, incluindo lancis ou guias. São da responsabilidade do Prestador de Serviços todos os trabalhos de limpeza de lixo, terras e materiais rejeitados das ações de manutenção e conservação das valetas. Para efeitos indicativos, as valetas, em terra batida, betão, cubo/paralelo de granito ou em calçada à Portuguesa, em meia-cana ou em "V", apresentam uma largura máxima de 60 cm.

3.12. Limpeza de taludes de lagos e/ou linhas de água e/ou vala hidráulica

A limpeza deverá ser efetuada manual ou mecanicamente e nunca com recurso a herbicidas ou outros produtos químicos. Os trabalhos deverão ser realizados de modo a evitar a emissão de quaisquer resíduos para o interior dos lagos, devendo, neste caso, proceder à sua imediata retirada, assim como garantir a remoção dos resíduos que vierem a depositar-se e a identificar-se nos dias imediatamente a seguir à execução da limpeza. Sempre que possível, e/ou solicitado, a realização deste trabalho, deverá ser feita a partir do interior/margem do lago ou linha de água/vala hidráulica.

3.13. Limpeza de papeleiras

Quando solicitada, a limpeza das papeleiras deverá ser executada durante o período da manhã. Sempre que possível, deverá proceder-se à triagem dos resíduos. Os resíduos recolhidos das papeleiras deverão ser depositados nos contentores de RSU e Ecopontos existentes na

proximidade. O fornecimento de sacos a colocar nas papeleiras e os necessários ao ensacamento de resíduos, é da responsabilidade da empresa adjudicatária.

3.14. Intervenções em Estabelecimentos de Ensino

Os trabalhos deverão ser executados conforme anteriormente descritos, sendo que se pretende uma intervenção de carácter geral, procedendo ao corte de relva/prado de sequeiro e deve garantir-se que os canteiros se encontram limpos/mondados, os arbustos e/ou sebes aparados, e os caminhos existentes nos espaços verdes, limpos e varridos. Não serão permitidos arbustos ou plantas herbáceas mortas nos canteiros.

4. Condições de execução dos trabalhos

4.1 - Horário da execução dos serviços

1 - Os trabalhos decorrerão de segunda a sexta-feira, salvo casos especiais e pontuais a indicar pela entidade adjudicante, e das 8h00 às 17h00.

2 - O adjudicatário poderá praticar outro horário desde que autorizado pelo Município de Aveiro.

3 - O horário de trabalho em zonas residenciais deverá obedecer ao disposto na legislação portuguesa sobre o ruído.

4 – Nos estabelecimentos de ensino, os serviços deverão ser prestados preferencialmente, durante o período em que as escolas se encontram abertas.

4.2 - Sensibilização/informação dos munícipes e sinalização viária temporária

Sempre que tal se julgue conveniente, será prestada atempadamente, informação à população, relativa aos trabalhos que irão decorrer, nomeadamente quais os tipos de trabalhos que irão ser realizados, a data e o local a intervir, e os locais onde se solicita a sua colaboração.

Quando disponibilizada em papel, a informação, deverá ser afixada nos espaços a intervir, com mais de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, mediante o planeamento dos trabalhos entregue à autarquia.

Todavia, tratando-se de uma matéria que respeita a terceiros, mesmo podendo surgir alguns contratempos e imprevistos, não será admissível a proibição de estacionamento com uma antecedência superior a 24 (vinte e quatro) horas.

Será da responsabilidade do Adjudicatário a colocação de sinalização de trânsito e de proteção de peões de acordo com o estipulado nos regulamentos de sinalização de trânsito que se encontrem em vigor. O adjudicatário deverá dispor de material de sinalização e proteção necessários para impedir que ocorram estacionamentos que interfiram com o trabalho a realizar, bem como, por toda a sinalização que venha a ser necessária, para assegurar que a população sofra o menor transtorno possível com a execução dos trabalhos. Para além de ser responsável pela vedação dos estacionamentos, ao adjudicatário cabe o acompanhamento necessário para assegurar que esta interdição venha a ser respeitada pelos munícipes. Caso se justifique, deve ser impedida a passagem de automóveis e peões na zona circundante, onde poderão cair ramos ou troncos de maior dimensão, através da colocação pelo adjudicatário de fitas marcadoras a delimitar as zonas interditas a veículos e/ou peões.

Nos arruamentos em que seja necessário proceder a alterações de trânsito/supressão de via ou a intervenção policial para condicionamento do trânsito/supressão de via, compete apenas à empresa adjudicatária, o estabelecimento de todos os contactos necessários e elaboração de planos de desvio, de forma a garantir a execução das alterações e/ou policiamento. . Os planos de desvio deverão ser remetidos à CMA com antecedência de 10 dias uteis relativamente aos trabalhos/arruamentos a que disserem respeito. Os trabalhos só poderão ocorrer mediante prévia aprovação. Se houver lugar a pagamento policial, este competirá à empresa adjudicatária.
Na execução dos trabalhos deve obedecer-se ao prescrito no Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública (edital nº 36 afixado em 08 de Junho de 2014), que estabelece entre outras disposições: - a indicação bem visível de painéis identificativos da obra que deverão permanecer até à sua conclusão onde conste a identificação da entidade promotora e a identificação da empresa que vai proceder à execução dos trabalhos bem como o prazo de execução da obra, no cumprimento do artº11.
Quando em serviço, os equipamentos ou viaturas do Prestador de Serviços não poderão obstruir o trânsito na via pública.
Não é permitida a circulação e/ou estacionamento de viaturas em cima de relvados e/ou canteiros.

4.3 - Retirada de excedentes/resíduos

A remoção, transporte, depósitos e destino final dos resíduos resultantes dos trabalhos contratados são da responsabilidade do adjudicatário, ficando este obrigado a cumprir a legislação vigente no que respeita à Gestão de Resíduos e transporte dos mesmos. Para além de resíduos verdes, inclui, entre outros, vidros, plásticos e papeis. A remoção dos resíduos deverá ser feita imediatamente após a conclusão da operação que lhes deu origem. Ao fim de cada dia de trabalho, o local ou locais onde decorreram trabalhos deverão ficar obrigatoriamente e completamente limpos e varridos.
Os materiais orgânicos sobrantes, resultantes de cortes de relva, mondas ou outros, nunca poderão ser despejados em contentores ou outros pontos de recolha de lixo de resíduos sólidos municipais. Todos os resíduos não orgânicos, deverão ser separados (triados) e transportados ao Ecoponto mais próximo.
O adjudicatário não poderá queimar na área intervenção qualquer tipo de resíduos.

5. Obrigações complementares

Compete à empresa adjudicatária:
1 - Tomar todas as precauções para evitar acidentes ou prejuízos de qualquer ordem, sendo ele o responsável pelos mesmos, atendendo-se à legislação vigente;
2 - Obter todas as licenças necessárias / inerentes à execução dos trabalhos;
3 - Cumprir os regulamentos técnicos, normas, especificações e demais legislação em vigor;
4 - Fazer prova de toda a informação que a entidade adjudicante venha a solicitar no decurso da prestação dos serviços, nomeadamente a formação e experiência profissional dos recursos humanos afetos à prestação de serviços bem como dos meios materiais e equipamento;

5 - Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
6 - O estrito cumprimento da totalidade dos serviços contratados, não sendo válida qualquer justificação baseada em faltas cometidas por parte de trabalhadores ou fornecedores.

6. Gestão de atividades

6.1- Preparação e planeamento

1 - O adjudicatário é o único responsável perante o Município de Aveiro, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos, no âmbito do presente procedimento;
2 - A preparação e o planeamento da execução dos trabalhos, será realizada em conformidade com o presente Caderno de Encargos, sem qualquer encargo financeiro adicional para o Município de Aveiro;
3 - A intervenção e as decisões do Município de Aveiro, no âmbito da sua gestão, não resultarão em qualquer direito a reclamação ou pedido de indemnização por parte do adjudicatário;
4 - No decurso da execução dos trabalhos, o adjudicatário facilitará todas as operações que o Município de Aveiro considerar necessárias à realização do controlo dos trabalhos, em conformidade com o estipulado para a gestão.

6.2 - Programa de trabalhos

1 - A empresa deverá elaborar o planeamento semanal, dos trabalhos a realizar na semana seguinte. O envio da programação deverá ser feito até ao final do dia da quinta-feira anterior à semana a que respeita o planeamento semanal. Deverá incluir: o cronograma de atividades, espaços a intervencionar, tipologia de trabalhos, os recursos humanos e equipamentos que irá utilizar para a execução dos serviços. Devem ser igualmente ser mencionados eventuais constrangimentos que poderão ocorrer;
2 - A planificação dos trabalhos deverá ser feita com um carácter flexível e adaptável às necessidades assim como às incidências verificadas no desenvolvimento dos trabalhos;
3 - O Município de Aveiro e o adjudicatário podem, em qualquer momento, propor alterações ao plano de trabalho, ou apresentar outro para substituir o vigente, justificando a sua proposta. O Município de Aveiro aceitará a modificação ou o novo plano, desde que deles não resulte prejuízo para o cumprimento da prestação de serviços;
4 - Sempre que o plano de trabalho em vigor seja alterado, deverá o adjudicatário apresentar um novo, adaptado às circunstâncias;
5 - O adjudicatário deverá executar os trabalhos previstos sem qualquer quebra na continuidade ou qualidade na execução dos mesmos, ainda que para tal tenha de recorrer a situações alternativas. Excetuam-se períodos de mau tempo, isto é, quando as condições climatéricas não permitam a realização dos trabalhos em segurança para os operadores ou que comprometam a boa execução do serviço.

6.3 - Conhecimento prévio das condições das áreas sujeitas a manutenção

Independentemente das informações fornecidas nos documentos do presente procedimento concursal, entende-se que o prestador de serviços se inteirou, no local, das condições em que

se encontram os espaços integrantes dos diferentes lotes, nomeadamente infraestruturas existentes. A falta de informação relativa às condições locais, ou sua inexatidão, não poderá servir de fundamento para quaisquer reclamações por parte do Adjudicatário.

6.4 – Fiscalização e Vistorias

A CMA reserva-se o direito de, durante e após a execução dos trabalhos, e sempre que o entender, realizar visitas, a fim de verificar se a prestação do serviço objeto do contrato, está a ser realizada de acordo com o estipulado no mesmo.

Nas visitas da fiscalização serão verificados os seguintes parâmetros:

- Presença de colaboradores/pessoal da empresa nos locais com intervenção prevista, de acordo com a programação previamente estabelecida;
- Verificação da composição da(s) equipa(s) de trabalho, nomeadamente conhecimentos/formação do trabalho em curso;
- Verificação da conformidade dos equipamentos, nomeadamente no que diz respeito à quantidade necessária à prossecução dos trabalhos, operacionalidade, limpeza e imagem;
- Verificação da execução do serviço, de acordo com o plano de trabalhos, e com as exigências de qualidade;

A qualidade de todos os trabalhos efetuados no âmbito da Prestação de Serviços será avaliada pela fiscalização, tendo como padrão os níveis de perfeição e de eficiência exigíveis a um prestador de serviços, altamente qualificado, competente, eficaz e responsável.

Quando constatado algum incumprimento ou situação anómala, durante as ações de fiscalização/acompanhamento, será estabelecido contato móvel com o Responsável Técnico e/ou Supervisor/Encarregado sendo-lhe concedido um prazo razoável para a resolução da não conformidade. As deficiências detetadas nos trabalhos executados devem ser corrigidas no prazo para o efeito marcado pela fiscalização. Caso tal resolução não ocorra no espaço de tempo concedido, será feita uma comunicação escrita, sendo de imediato acionadas as penalidades previstas no presente Caderno de Encargos.

6.5 – Outros aspetos relativos à realização dos trabalhos

Correrão por conta do adjudicatário, que se considerará, para o efeito, o único responsável, a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao adjudicatário e que resultem da própria natureza da prestação de serviços, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do seu pessoal e do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos.

O Adjudicatário será responsável por todos os danos causados pelo seu pessoal, no decorrer da execução dos trabalhos, quer aqueles que sejam de natureza humana, quer material, nomeadamente, a canalizações existentes na zona de intervenção, bocas-de-incêndio, bocas de rega, aspersores, pulverizadores e demais equipamentos de rega e jardim, devendo o Adjudicatário reparar com urgência, e à sua custa, os danos que eventualmente ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito à DSUGE/Subunidade Jardins e Espaços Verdes, para que seja registada.

Os exemplares das diversas espécies vegetais danificados ou destruídos por razões imputáveis ao adjudicatário serão obrigatoriamente repostos, por sua conta e risco, devendo os exemplares a repor reunir características e porte semelhantes aos dos destruídos.
Quaisquer danos resultantes de trabalhos em curso, acidentes naturais ou atos de vandalismo, aos quais o adjudicatário é alheio, e que por si sejam detetados, deverão ser comunicados à CMA, nomeadamente equipamentos de jardim, bancos, bebedouros, equipamentos infantis, etc., para que sejam tomadas medidas conducentes à reparação dos danos.
A reparação de situações que não estejam diretamente relacionadas com os trabalhos de manutenção previstos neste procedimento, serão integralmente da responsabilidade da CMA.

6.6 - Reuniões

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a comparecer às reuniões que sejam convocadas pelo Gestor do Contrato, designado pela Entidade Adjudicante, das quais deve ser lavrada uma ata, a assinar por todos os intervenientes.
2 - As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas com uma antecedência mínima de 3 dias pela entidade adjudicante, a qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3 - No caso de não ser possível a realização da reunião marcada, será agendada nova reunião a realizar no prazo máximo de 2 (dois) dias.

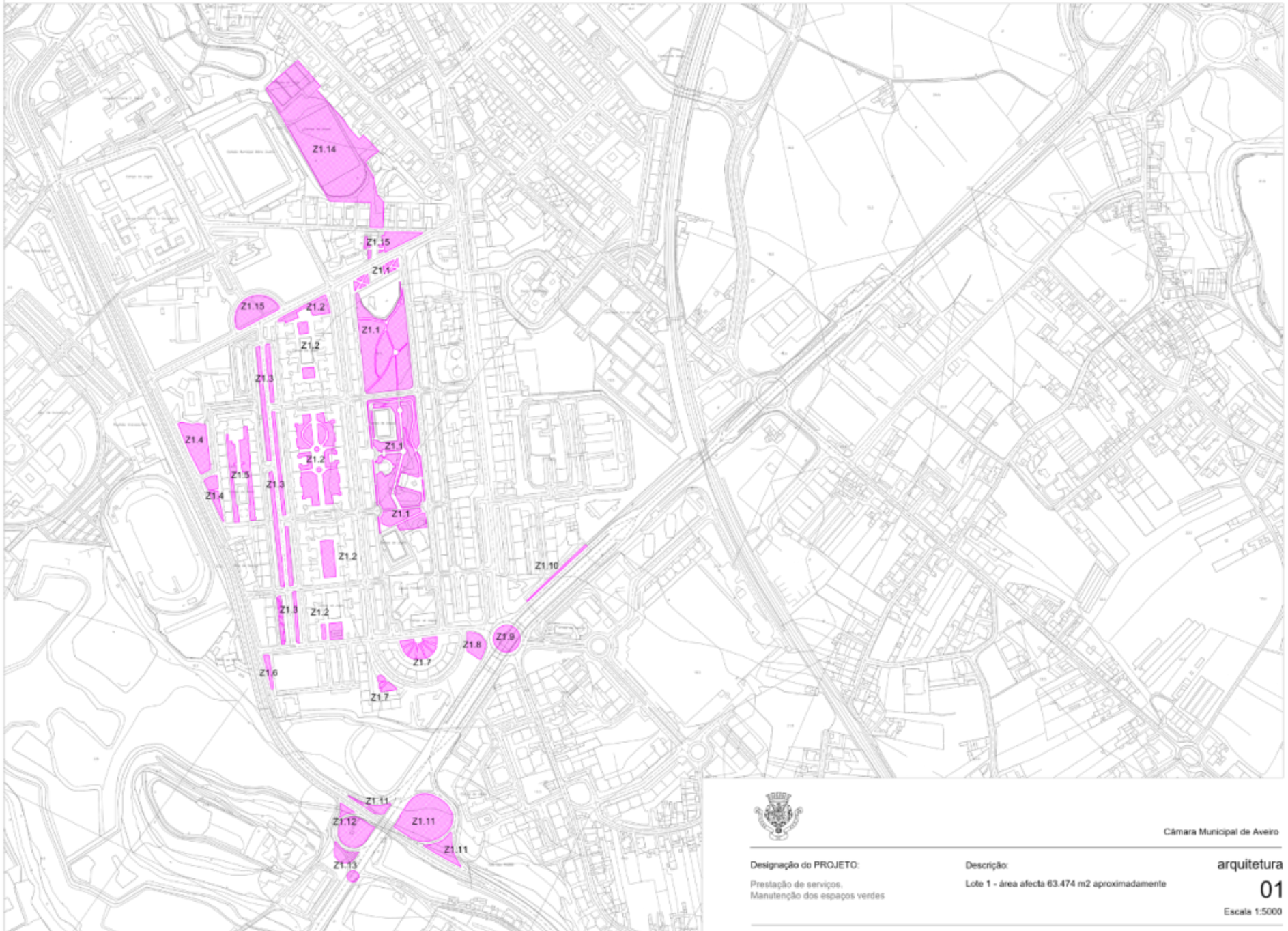
7. Identificação dos Lotes

As áreas referenciadas nos quadros seguintes, deverão ser consideradas como aproximadas. A quando da realização dos Autos de Medição serão feitas medições das diferentes áreas intervencionadas por tipologia, à exceção do Lote 5 – Escolas, onde se pretende uma intervenção geral (corte de relva/prado de sequeiro, monda, corte/limpeza de sebes e limpeza geral.

LOTE 1		
Designação do Local	**Código Espaço**	**Área Total (m^2)**
Parque Urbano de Santiago	Z1.1	20357
Urbanização Santiago	Z1.2	6085
Rua Nova	Z1.3	4506
Envolvente ao ISCAA	Z1.4	2700
Praceta Afonso Gomes (Cooperativa Chave)	Z1.5	1675
Jardim Mercado Santiago	Z1.6	321

Vila Jovem (Rua de Ovar/Rua de Anadia)	Z1.7	875
Rua Anadia	Z1.8	1070
Av. Europa / Rotunda das Telecomunicações	Z1.9	728
Av. Europa / Floreira Altice	Z1.10	167
Nó Sul	Z1.11	5581
Envolvente ETAR	Z1.12	1280
Av. Europa/EN109 / Rotunda e triangulo separador Mercadona	Z1.13	1079
Parque dos Amores	Z1.14	14184
Rua Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários	Z1.15	2866
	Sub-Totais	63474

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Câmara Municipal de Aveiro

Designação do PROJETO:
Prestação de serviços,
Manutenção dos espaços verdes

Descrição:
Lote 1 - área afecta 63.474 m2 aproximadamente

arquitetura
01
Escala 1:5000

C M AVEIRO DPP Projeto

ficheiro:

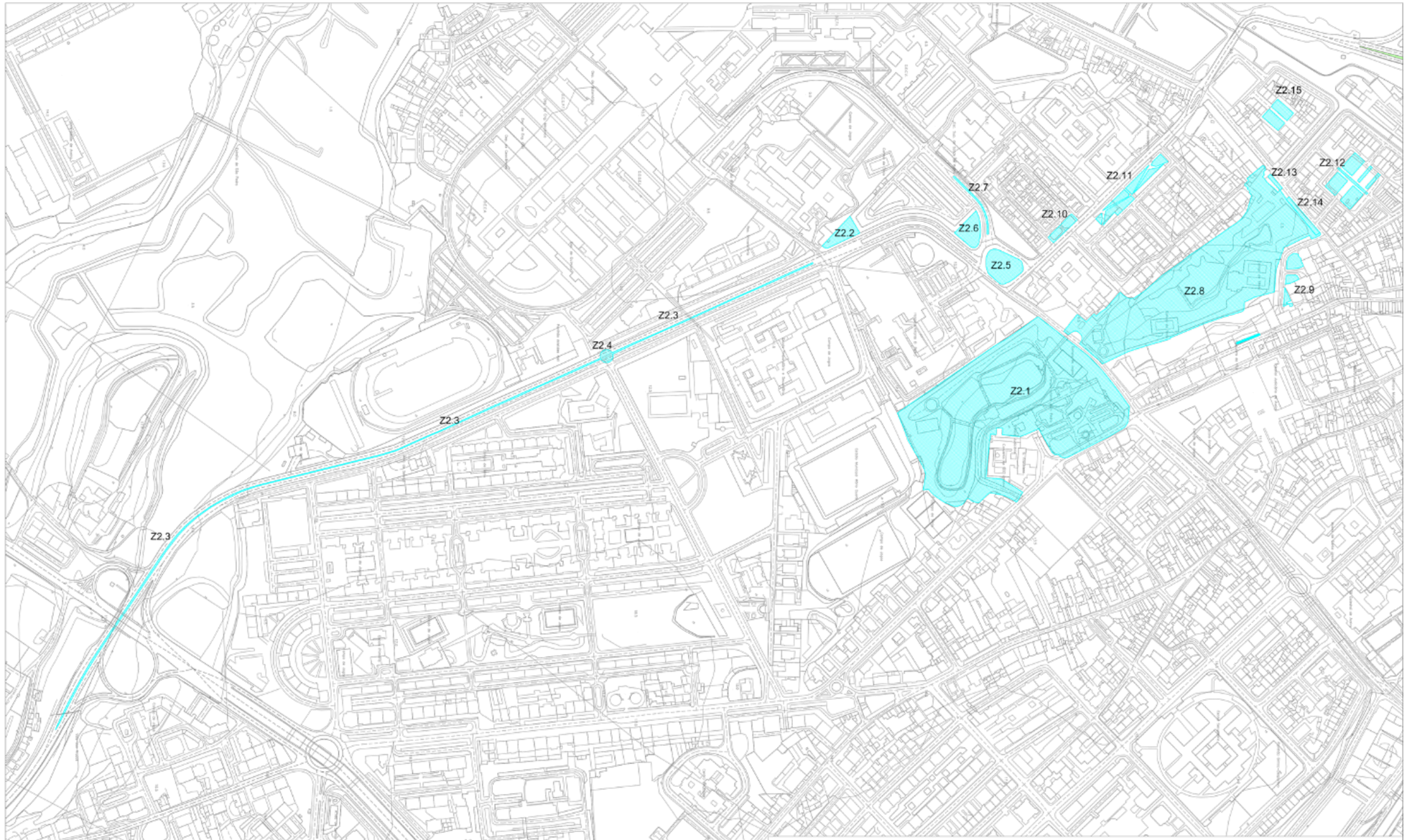
novembro 2021

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

LOTE 2

Designação do Local	Código Espaço	Área Total (m²)
Parque Infante D. Pedro	Z2.1	18215
Av. da Universidade, frente às Urgências do CHBV	Z2.2	700
Separador da Av. da Universidade	Z2.3	1250
Rotunda do ISCAA	Z2.4	440
Rotunda Hospital	Z2.5	1692
Montanha	Z2.6	950
Separador da Av. João Jacinto Magalhães	Z2.7	167
Baixa Santo António	Z2.8	22320
Varandas de Santo António / Rua Luis Brás de Abreu	Z2.9	530
Rua Calouste Gulbenkian / Jardins do Bairro da Misericórdia	Z2.10	150
Rua Calouste Gulbenkian / Cabouco (frente ao Estabelecimento Prisional)	Z2.11	1658
Largo Conselheiro Queiroz / Largo do Alboi	Z2.12	1713
Envolvente à Capela dos Santos Mártires	Z2.13	15
Rua Magalhães Serrão	Z2.14	170
Praceta Querubim de Guimarães	Z2.15	806
	Sub-Totais	50776

PROCEDIMENTO ***POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,*** nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Câmara Municipal de Aveiro

Designação do PROJETO:

Prestação de serviços.
Manutenção dos espaços verdes

Descrição:

Lote 2 - área afecta 50.776 m2 aproximadamente

arquitetura

02

Escala 1:5000

C.M.AVEIRO_DRP_Projeto

fichoiro:

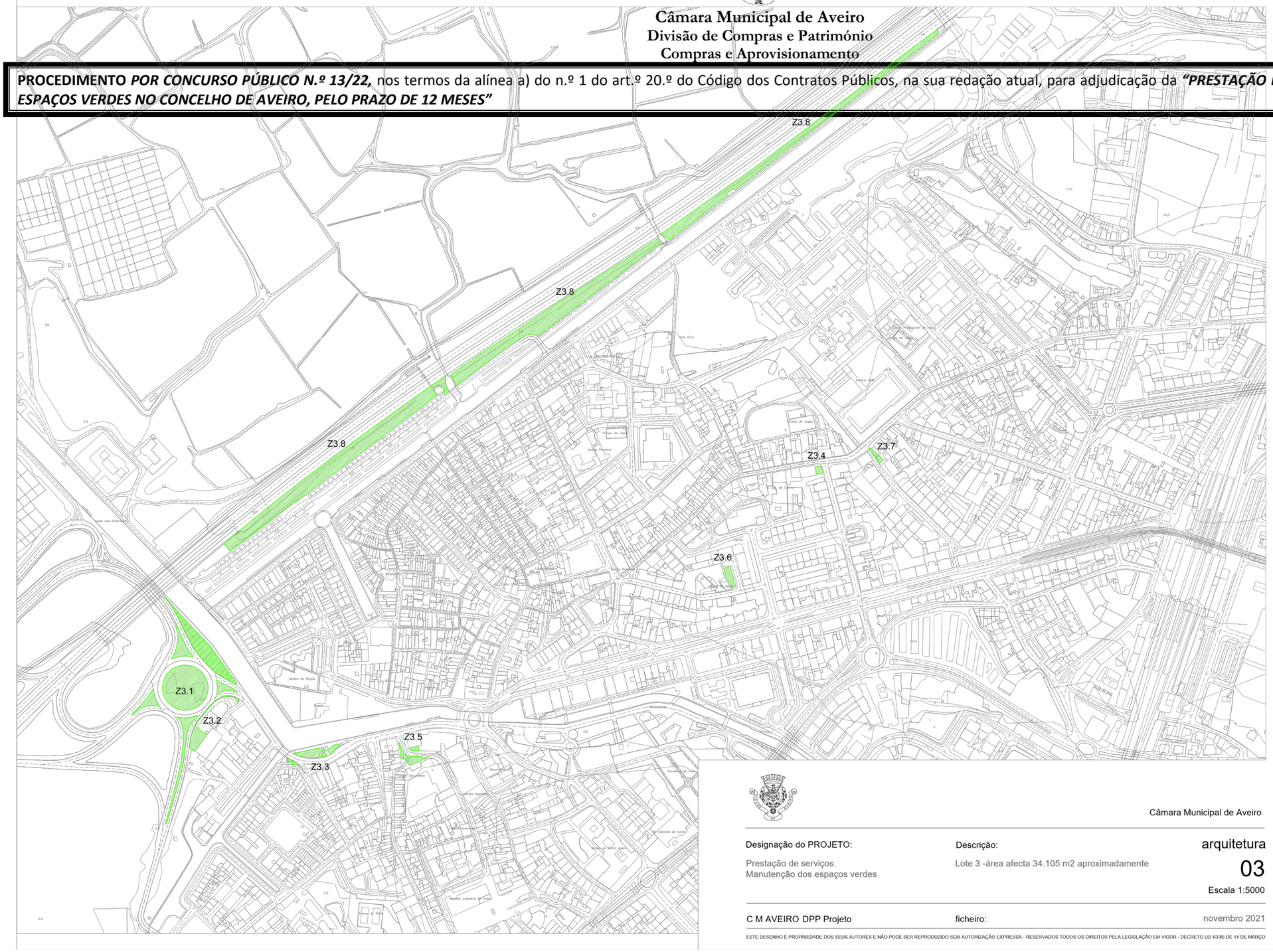
novembro 2021

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

LOTE 3

Designação do Local	Código Espaço	Área Total (m^2)
Rotunda e Separadores das Pirâmides	Z3.1	6690
Rua Condessa Mumadona Dias (prédio cor de rosa)	Z3.2	520
Ponte da Dobadoura	Z3.3	600
Rua do Carmo / AMRIA	Z3.4	60
Rua Belém do Pará	Z3.5	393
Praceta Guilherme Gomes Fernandes / Praceta do Seixal	Z3.6	300
Rua Engº Von Half	Z3.7	150
Parque dos Remadores Olímpicos / São Roque	Z3.8	14366
Parque Aventura	Z3.9	11026
	Sub-Totais	34105

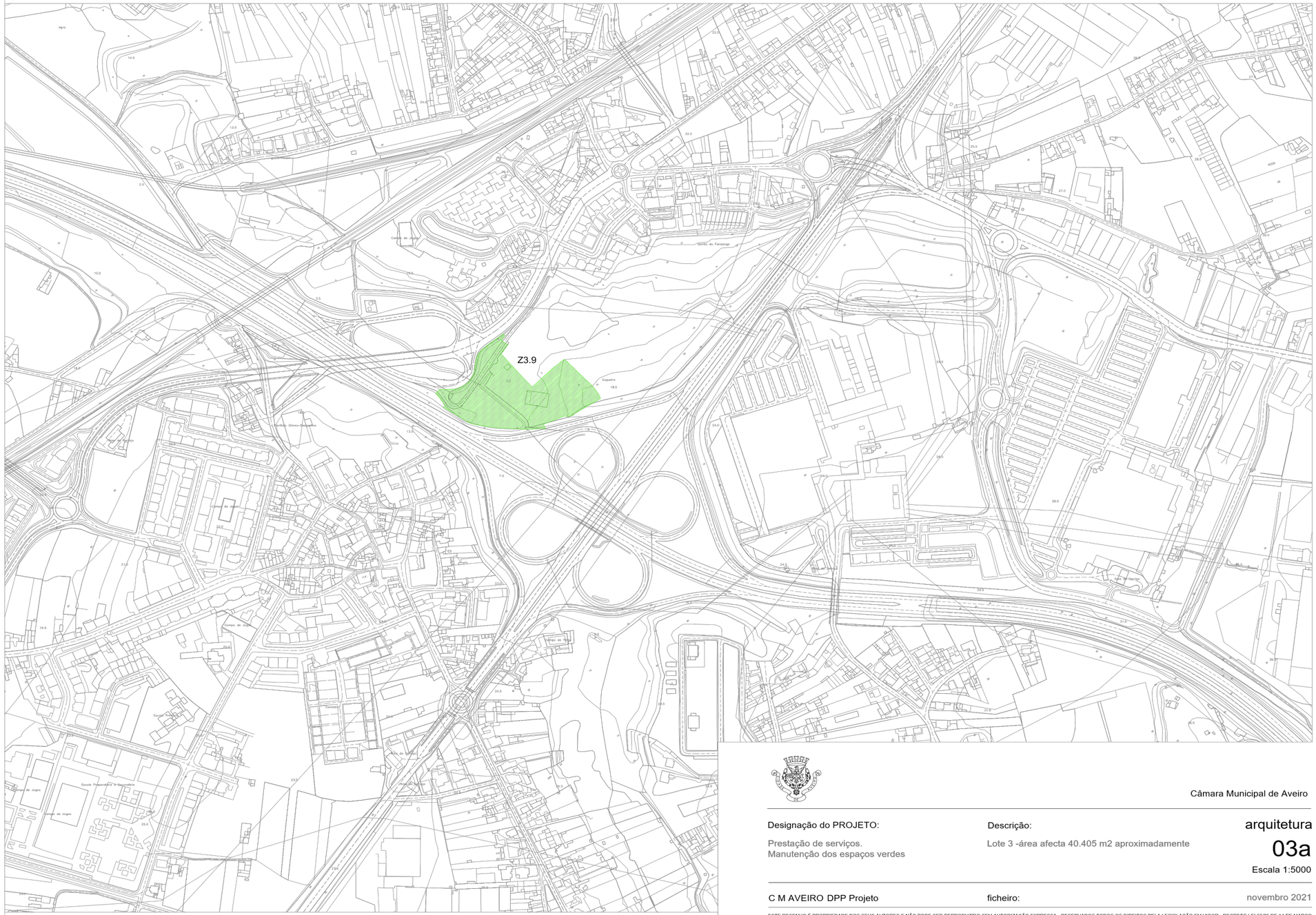
PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Câmara Municipal de Aveiro

Designação do PROJETO:	Descrição:	arquitetura
Prestação de serviços. Manutenção dos espaços verdes	Lote 3 -área afecta 34.105 m2 aproximadamente	03
		Escala 1:5000
C M AVEIRO DPP Projeto	ficheiro:	novembro 2021

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES E NÃO PODE SER REPRODUZIDO SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA - RESERVADOS TODOS OS DIREITOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR - DECRETO LEI 63/85 DE 14 DE MARÇO



Câmara Municipal de Aveiro

Designação do PROJETO:	Descrição:	arquitetura
Prestação de serviços. Manutenção dos espaços verdes	Lote 3 -área afecta 40.405 m2 aproximadamente	03a
		Escala 1:5000
C M AVEIRO DPP Projeto	ficheiro:	novembro 2021

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES E NÃO PODE SER REPRODUZIDO SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA - RESERVADOS TODOS OS DIREITOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR - DECRETO LEI 63/85 DE 14 DE MARÇO

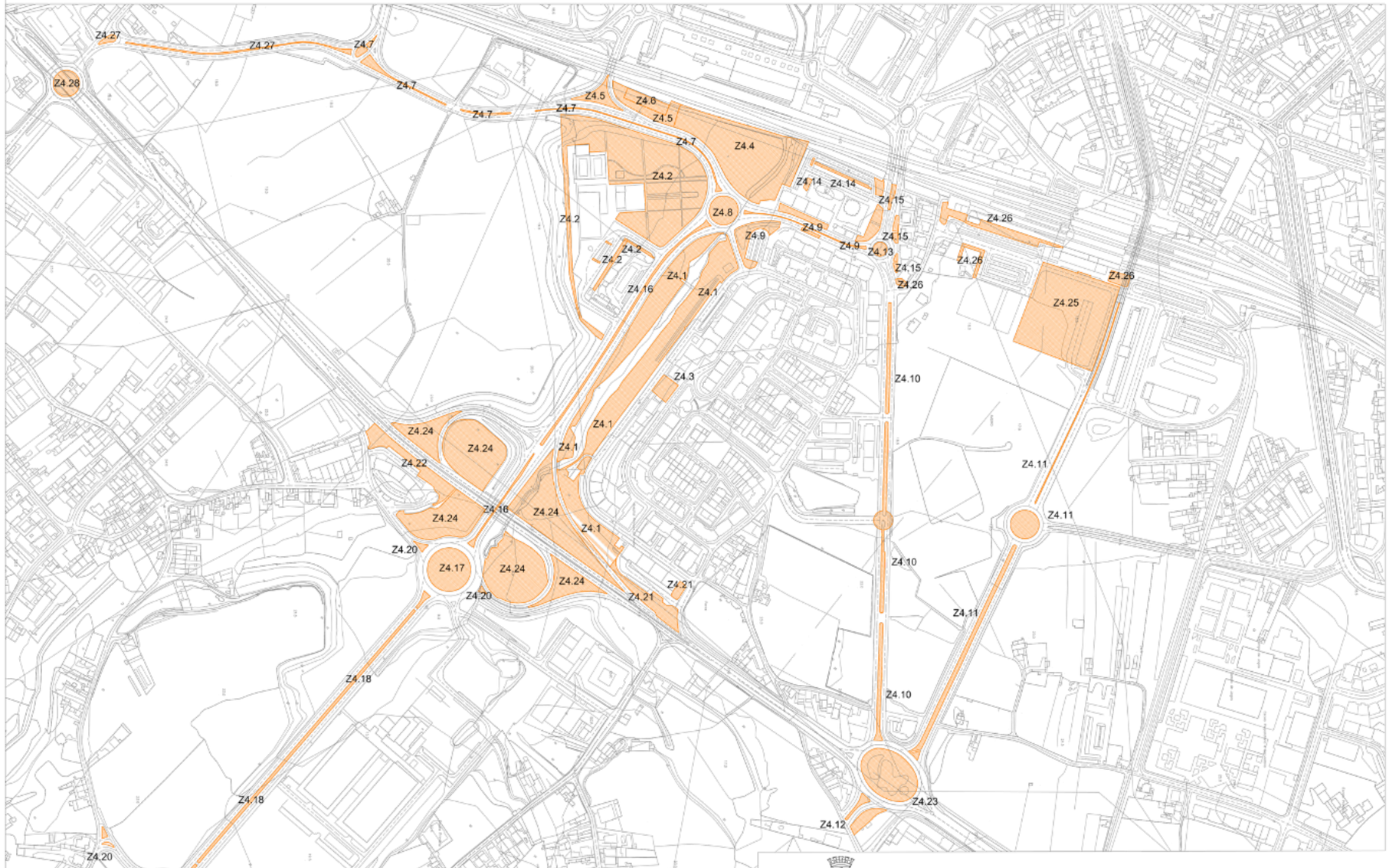
PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

LOTE 4

Designação do Local	Código Espaço	Área Total (m^2)
Margens da linha de água da Forca Vouga	Z4.1	15212
Jardim Galitos	Z4.2	21238
Rua Dr. Orlando de Oliveira / Brasão	Z4.3	800
Choupal Forca	Z4.4	9112
Av. Francisco Sá Carneiro / Frente e lateral Parque Canino e talude	Z4.5	2400
Av. Francisco Sá Carneiro / Interior do Parque Canino	Z4.6	400
Av. Francisco Sá Carneiro / Separador	Z4.7	630
Rotunda da Forca Vouga	Z4.8	1257
Av. de Adelino Amaro da Costa	Z4.9	934
Alameda Silva Rocha - separador e rotunda	Z4.10	3265
Avª Vasco Branco - separadores e rotunda	Z4.11	3294
Rua da Sofia	Z4.12	685
Rotunda dos Adobes – relvas	Z4.13	400
Rua Cerâmica Vouga	Z4.14	390
Av. Central	Z4.15	1240
Av. Dr. Francisco Vale Guimarães / Separador frente à BP	Z4.16	1923
Av. Dr. Francisco Vale Guimarães / Rotunda das Bandeiras	Z4.17	3019
Av. Dr. Francisco Vale Guimarães / Separador do PEA	Z4.18	2300
Av. Dr. Francisco Vale Guimarães / Rotunda do PEA	Z4.19	2850
Av. Dr. Francisco Vale Guimarães / Triângulos separadores	Z4.20	272
Av. Europa / Mirador Business e lateral	Z4.21	5134
Av. Europa / Natural Park	Z4.22	2695
Av. Europa / Rotunda do Rato	Z4.23	4000

Nó Central	Z4.24	29163
Parque Intermodal	Z4.25	8604
Rua Dr. Almeida Eça	Z4.26	1780
Separadores da Rua de Bourges	Z4.27	464
Rotunda da Estrada de São Bernardo / "Rotunda da Fiat"	Z4.28	447
	Sub-Totais	123908

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Câmara Municipal de Aveiro

Designação do PROJETO: Prestação de serviços. Manutenção dos espaços verdes	Descrição: Lote 4 -área afecta 124.108 m2 aproximadamente	arquitetura 04 Escala 1:5000
C M AVEIRO DPP Projeto	ficheiro:	novembro 2021

ESTE DESENHO É PROPRIEDADE DOS SEUS AUTORES E NÃO PODE SER REPRODUZIDO SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA - RESERVADOS TODOS OS DIREITOS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR - DECRETO LEI 63/85 DE 14 DE MARÇO

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

LOTE 5

Designação do Local	Área (m2)
Escola João Afonso de Aveiro	7720
Escola Secundária José Estevão	13159
Escola Básica São Bernardo	3873
Escola Secundária Mário Sacramento	2341
Escola Básica de Aradas	5565
Escola Básica e Secundária Jaime Magalhães Lima (inclui a Secundária e a Aires Barbosa)	13182
Escola Básica de Eixo	2091
Escola Básica de Rio Novo do Príncipe	6538
Conservatória de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro	1843
Total	**56312**

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 7.720 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola João Afonso de Aveiro	agosto 2020
Planta	esc. 1 / 2.000
ficheiro: ___.dwg	AutoCAD /2010 — pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 13.159 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt Divisão de Planeamento do Território		N
Escola Secundária José Estevão		agosto 2020
Planta		esc. 1 / 2.000
ficheiro: ___.dwg	AutoCAD /2010	pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Sem zonas Verdes / nº de árvores ?

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cgera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola Básica de São Bernardo			agosto 2020
Planta			esc. 1 / 1.000
ficheiro:	__.dwg	AutoCAD /2010	pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 2.341 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola Secundária Mário Sacramento — agosto 2020

Planta — esc. 1 / 2.000

ficheiro: __.dwg — AutoCAD /2010 — pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 5.565 m²

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 13.182 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola Básica e Secundária Jaime Magalhães Lima	agosto 2020
Planta	esc. 1 / 2.000
ficheiro: ___.dwg — AutoCAD /2010	pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 2.091 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola Básica de Eixo — agosto 2020

Planta — esc. 1 / 2.000

ficheiro: ___.dwg | AutoCAD /2010 | pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 6.538 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Escola Básica do Rio Novo do Príncipe

agosto 2020

Planta

esc. 1 / 2.000

ficheiro: ___.dwg | AutoCAD /2010 | pl IF / des ~~MV~~

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***



Área - 1.846 m²

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO www.cm-aveiro.pt / cgera@cm-aveiro.pt
Divisão de Planeamento do Território

Conservatória de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro		agosto 2020
Planta		esc. 1 / 1.000
ficheiro: ___.dwg	AutoCAD /2010	pl IF / des MV

PROCEDIMENTO *POR CONCURSO PÚBLICO N.º 13/22,* nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, para adjudicação da ***"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESAPÇOS VERDES NO CONCELHO DE AVEIRO, PELO PRAZO DE 12 MESES"***

Lote 6

Consideram-se no Lote 6, os espaços no concelho de Aveiro, não integrantes dos restantes lotes a concurso, para os quais a CMA venha a entender solicitar trabalhos de manutenção, conforme tipologias de intervenção.